

1 **ATA DA DUCENTÉSIMA TRIGÉSIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO**
2 **MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CMAS, REALIZADA NO DIA DOZE DE**
3 **FEVEREIRO DE 2016, NA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DO**
4 **DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA - SEMDESC. HORÁRIO: 08h45min.**
5 **QUORUM DE ABERTURA:** Constatada a presença dos conselheiros (as): **Lucidalva Barreto**
6 **dos Santos** (representante da sociedade civil – titular - Assistentes Sociais); **Severina Alda de**
7 **Aguiar** (representante da sociedade civil – suplente - Assistentes Sociais); **Rosilene Cordeiro**
8 **Máximo da Cunha** (representante da sociedade civil – Mão Amiga); **Ana Paula Santos Machado**
9 **Ramos** (representante do governo - SEMDESC); **Neuzira Cardoso Otoni** (representante da
10 sociedade civil – Psicólogos); **Clarice José Pires** (representante da sociedade civil – APAE);
11 **Dilma das Graças Queiroz** (representante da sociedade civil – Abrigo Frei Anselmo), e **Ezamita**
12 **Batista da Costa** (representante do governo – SEMED. Presentes ainda, Kamilla de Souza Sales e
13 Larissa Carolina de Barros Menezes, assessora a serviço da SEMDESC e Chefe da Divisão dos
14 Conselhos, respectivamente. Antes de iniciar os trabalhos da presente reunião, a senhora Ana Paula
15 apresentou-se oficialmente como a nova secretária municipal de desenvolvimento social e
16 cidadania, nomeada no início do corrente mês após a exoneração do senhor Gilmar Lima, até então
17 secretário da pasta e presidente deste CMAS. A secretária passa ocupar também a cadeira de
18 representação da SEMDESC neste conselho. A nova conselheira foi cumprimentada pelos presentes
19 e em sua fala, agradeceu a receptividade e confirmou a importância do apoio do CMAS para a
20 resolução dos grandes problemas da gestão. Após, a vice-presidente Lucidalva realizou a abertura
21 da plenária passando ao primeiro ponto de pauta: **“Relatório SIM-SUAS do mês de janeiro/2016”**.
22 A chefe da divisão dos conselhos, Larissa, informou sobre o não preenchimento do Sistema, devido
23 ao grande atraso na entrega dos relatórios dos equipamentos, explicando que alguns relatórios foram
24 entregues às 5 da tarde do dia anterior, impossibilitando que o sistema fossem preenchido em tempo
25 hábil para a apreciação desta plenária. Informou também que a técnica da Gestão, Isabel, por
26 motivos de força maior, não pôde comparecer ao trabalho na manhã de hoje. Kamilla
27 disponibilizou-se para lavrar a ata, solicitando que a mesma fosse aprovada em reunião posterior,
28 contando com a compreensão de maioria. Ademais, sem outros pontos de pauta, passou-se para
29 **“Informes Gerais”**. Os conselheiros em sua maioria questionaram sobre o funcionamento em
30 condições precárias dos equipamentos em decorrência da diminuição das equipes com o
31 encerramento dos contratos do último processo seletivo, o que tem gerado grandes prejuízos no
32 atendimento das demandas da gestão, ressaltando que o CRAS Pólo 3 (Bairro Mamoeiro), por
33 exemplo, está funcionando sem nenhum técnico (assistente social e psicólogo), o que
34 descaracteriza o atendimento a que se propõe a política da assistência social já O CRAS Pólo 1 está
35 referenciando toda a zona rural na ausência da equipe volante, o que sobrecarrega ainda mais os
36 técnicos daquele equipamento. A conselheira Ana Paula relatou que desde a sua chegada na

37 secretaria tem estudado meios para a resolução deste problema, que já foi autorizada a contratação
38 de quatro técnicos sendo dois psicólogos e dois assistentes sociais classificados no processo seletivo
39 para tentar restabelecer as condições mínimas para o atendimento dos equipamentos e que analisará
40 o quadro na tentativa de amenizar os prejuízos até uma solução definitiva. Ana Paula ainda
41 informou que foi remanejado um assistente jurídico da procuradoria para atuar no CREAS.
42 Lucidalva lembrou o entrave da homologação do Concurso Público, que se deve a disputa judicial
43 entre candidatos e banca organizadora, quanto aos critérios de classificação referente à fase de
44 titulação, o que tem prolongado o problema da falta de pessoal. A conselheira Severina Alda
45 relatou o caso de um estudante ingressante na UFVJM, que necessita de um relatório sócio –
46 econômico, para a efetivação de sua matrícula na instituição, tendo ele solicitado ao CRAS onde
47 não teve êxito. A conselheira Lucidalva falou da necessidade de um técnico na própria instituição
48 para o atendimento dessa demanda, já que a federal tem um número considerável de alunos no
49 campus Unai e que é de praxe que instituições desse porte tenham em seu quadro de pessoal o
50 profissional de assistência social. Presente a reunião, a técnica Claudiene explicou que o caso não é
51 demanda do CRAS e que não seria possível proceder o relatório sem um estudo da política interna
52 da UFVJM, incluindo Edital do Processo Seletivo de Alunos. Após discussão, a secretária Ana
53 Paula solicitou que a técnica Claudiene realize o relatório como caso isolado com vistas a não
54 prejudicar o jovem ingressante. Foi solicitado à Divisão dos Conselhos que o Coordenador da
55 UFVJM Campus Unai seja convidado para a próxima reunião para esclarecer sobre a ausência do
56 técnico de assistência social. Outro destaque são as constantes reclamações quanto ao serviço
57 prestado pela empresa recentemente contratada para atender o Auxílio Funeral. Reclamações quanto
58 a qualidade do serviço e a ausência de informações coerentes dadas pelo empresário tem chegado
59 constantemente aos técnicos. Os conselheiros sugeriram uma reunião entre a comissão de
60 acompanhamento de benefícios socioassistenciais e a empresa contratada para uma análise
61 aprofundada da resolução que regulamenta o auxílio com vistas a orientar o proprietário no
62 atendimento das demandas do serviço. A reunião será agendada por Larissa que informará os
63 membros da comissão e o representante da empresa contratada. Um caso específico do Auxílio
64 Funeral foi discutido na presente reunião: de um usuário, residente no município de Cabeceira
65 Grande e sepultado em Unai, o qual a equipe técnica encontrou dificuldades para encaminhar para o
66 pagamento devido à inconsistência do endereço da família solicitante. A técnica Claudiene explicou
67 que a resolução não dava o respaldo necessário para o encaminhamento, mas que a família
68 apresentava vulnerabilidade sócio-econômica, inclusive sendo atendida anteriormente pelo CRAS
69 de Unai, e que o fato de morar na Zona Rural, área de divisa entre os municípios de Cabeceira e
70 Unai, foi o que extrapolou a normativa. Após discussão, a plenária decidiu por UNÂNIMIDADE
71 que o atendimento da família seja encaminhado para o pagamento do auxílio-funeral. Nada mais

72 havendo a tratar, foi encerrada a reunião, e eu, Kamilla de Souza Sales, lavrei essa ata que será lida
73 e aprovada por todos os presentes em reunião posterior. **ENCERRAMENTO: 10h25min.**